

SINDICATO, PARTIDO E ESTADO NA FORMAÇÃO DE CLASSE DOS TRABALHADORES NO BRASIL

Jorge Nóvoa *

RESUMO - *Privilegiando a relação SINDICATO/PARTIDO/ESTADO como um dos determinantes fundamentais do processo da formação da classe trabalhadora brasileira, este estudo pretende analisar o período que vai da instauração da República até o início dos anos 60, tendo como referência particular a hegemonia do nacional-populismo como estratégia de dominação política e ideológica à qual os trabalhadores acharam-se submetidos.*

ABSTRACT - *Giving privilege to the relationship LABOUR-UNION/PARTY and STATE as one of the fundamental determinatives of the forming process of brazilian work class, this study aims at analysing the period of time from 1930 to the early 1960. It is taken as reference the hegemony of the nationalism known as political strategy and ideology to which the workes were subjected.*

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo busca apreender o movimento operário-sindical brasileiro a partir de questões atuais que lhe são impostas, como democracia, autonomia sindical, CLT, imposto sindical, independência frente aos partidos e ao Estado etc... A reconstrução histórica desse movimento não pode deixar de lado a relação dialética SINDICATO/PARTIDO/ESTADO, por ser esta uma das determinantes fundamentais do seu processo de formação.

Nessa perspectiva, procuramos analisar dois períodos distintos da formação dos trabalhadores brasileiros, seja o anterior a 1930 ou o posterior, até o início dos anos 60, procurando detectar o comportamento das direções político-sindicais. A maior parte do texto se concentra na evolução posterior a 1930 e, em particular, nas relações entre o movimento sindical, o PCB, o PTB e o Estado, fazendo referência às conjunturas críticas.

No Brasil, o dilema de criar uma alternativa para o desenvolvimento do capitalismo impõe às classes dominantes um quadro de opções que, em definitivo, varia entre os regimes abertamente de força e as 'democracias' restritivas. Em 1930, uma das causas da 'Revolução' será o reconhe-

(*) Ex. prof. Adjunto do Dep. de CHF (UEFS). Prof. do Mestrado de História da UFBA. Pesquisador do CRH/UFBA. Doutor pela Universidade de Paris VII - Jussieu.

cimento pelas classes dominantes de que os trabalhadores urbano-industriais haviam se tornado interlocutores 'definitivos'. Vargas será ao mesmo tempo o arquiteto de uma ditadura (o Estado Novo) e o grande elaborador do nacional-populismo como estratégia de dominação burguesa que tem nos trabalhadores não apenas 'interlocutores', mas também instrumento para essa dominação. Como os dirigentes dos trabalhadores respondem às manifestações concretas de tais alternativas?

2. O MOVIMENTO OPERÁRIO-SINDICAL: DETERMINAÇÕES OBJETIVAS E SUBJETIVAS

Na luta por suas reivindicações e por sua emancipação, os trabalhadores só podem contar com um instrumento: sua organização. O sindicato é assim uma das instâncias organizativas, um dos momentos diferenciados do percurso na organização dos trabalhadores. A fábrica, por sua vez, é a unidade básica do capitalismo. É nela que se tipificam, por excelência, as relações e as forças produtivas estruturais desse modo de produção mundializado. É nela que se gera o essencial da produção de mais-valia, que possibilita a reprodução ampliada e a acumulação do capital. Não é de estranhar que a industrialização seja a maior referência (apesar de não ser a única) para a compreensão do movimento operário.

No Brasil, as primeiras associações sindicais surgem já na segunda metade do Século XIX, com o aparecimento das primeiras indústrias¹. Elas tiveram muito mais um caráter de ligas de auxílio, socorro e solidariedade que sindical propriamente dito. Algumas, entretanto, foram verdadeiros sindicatos e, inclusive, sobre a base destas experiências, o I Congresso Operário Brasileiro² generaliza a denominação a partir de 1906. Neste congresso assentam-se as bases para a fundação da Confederação Operária Brasileira (COB) em 1908³.

O movimento operário-sindical ganha a partir de então a perspectiva de se afirmar como instrumento de luta de classe, apesar desta continuar ainda débil, rarefeita, nas pequenas fábricas e em diversas regiões do país. No processo de constituição dos sindicatos, os imigrantes jogaram um papel importantíssimo e, mesmo se divididos por diversas correntes anarquistas e socialistas, os 'novos sindicatos' lutaram contra o capitalismo e seu estado no Brasil, como na Greve Geral de 1917.

Esse movimento se 'conjuga', por um lado, com o desenvolvimento do nacionalismo tenentista nos anos 20, no interior da última "trincheira" do Estado burguês, o exército; por outro lado, com a crise das classes dominantes brasileiras, ela mesmo aprofundada com a crise do capitalismo mundial.

A ascensão do movimento tenentista se dá numa fase de relativo refluxo do movimento operário-sindical que se segue ao período 1917-1920.

A possibilidade de participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial desemboca nas manifestações contra a carestia e contra a guerra interimperialista, até que em julho de 1917 é deflagrada a primeira Greve Geral no Brasil que ocorre com bastante intensidade em São Paulo. As greves sucedem-se ao tempo em que a Revolução Russa ganha a simpatia de parcelas consideráveis do operariado brasileiro. Em 1920, realiza-se o III Congresso da COB, que define a organização dos sindicatos por indústrias e não por ofício. Por outro lado, tentando resgatar o prestígio da Revolução Russa e do Partido Bolchevique, inicia-se um movimento pela formação do PCB. Tudo isso em meio a um clima de violência e repressão, que culmina com a ação policial de 1921, no quadro das eleições presidenciais.

As classes dominantes haviam começado a perceber que o movimento operário havia chegado para ficar⁴ e que não seria suficiente a repressão policial. Fazia-se necessária, de mais em mais, uma legislação trabalhista visando controlar os trabalhadores e suas organizações. Em 23.03.1922⁵, é fundado o PCB por militares ex-anarquistas, sendo que meses depois, com a instauração do Estado de Sítio, ele vê-se obrigado à clandestinidade. Não obstante, rapidamente ele consegue uma certa receptividade em setores da classe operária, chegando em 1930 com cerca de 1.000 inscritos e um saldo positivo de propaganda e difusão do socialismo marxista. Pela primeira vez, na história do Brasil, os trabalhadores tinham uma referência política erigida em um partido que se reivindicava da classe operária e do marxismo. Mas, apesar do fato histórico positivo que constitui o surgimento do PCB (que aponta para a direção da formação de uma classe para si), no conjunto do movimento, as disputas pelo controle dos trabalhadores produzem divisões e enfraquecimentos aguçados pela crise e stalinização da III Internacional⁶.

2.1 O Sindicalismo Corporativista ou a Reação dos Anos 30

De 1929 à 1937 (quando se dá o movimento de criação do Estado Novo no país), observa-se um processo inusitado de luta de classes, onde a dialética revolução/contra-revolução assume formas diferenciadas, mas cujo conteúdo acaba assumindo o caráter de uma contra-revolução preventiva. Com a chamada "revolução de 30", o nacionalismo tenentista se incorpora às forças oligárquicas-burguesas controladas por Getúlio Vargas, jogando papel de destaque na destruição dos sindicatos operários independentes, que haviam sido organizados no período precedente, em particular pelos anarco-sindicalistas. O tenentismo passa rapidamente de um liberalismo democrático do início dos anos 20 às concepções autoritárias, preconizando a tutela do Estado na luta pela industrialização nos finais da década e início dos anos 30.

De fato, o "nacionalismo pequeno-burguês dos tenentes", acaba con-

quistando uma certa audiência junto à população. Porém, isso somente foi possível graças à fragilidade das alternativas políticas daqueles que se reivindicavam dos trabalhadores. A incapacidade dos anarco-sindicalistas, dos socialistas e dos comunistas, em se transformarem numa verdadeira proposta política, possibilitou a Vargas (apoiado pelos tenentes) construir as bases de uma nova forma de dominação burguesa, "cuja analogia histórica mais imediata se encontra nas relações entre o pequeno camponês e Luis Bonaparte, analisadas por Marx no 18 Brumário⁷".

Se o bonapartismo de Vargas necessita de aparecer acima das classes, como uma potência governamental absoluta disciplinando as frações das classes dominantes, o seu objetivo maior é estabelecer o controle social sobre o movimento operário. Para tal, estabelece uma aliança das classes capitalistas e, à medida que domina o 'povo', vai dominando os próprios setores burgueses. Nas palavras do próprio Vargas:⁸

A Revolução não fora obra de um partido, mas sim, um movimento geral de opinião (...). Dela participaram várias correntes de difícil aglutinação. O Governo Provisório procurou colocar-se acima das competições partidárias ou facciosas para não trair os compromissos assumidos com a Nação. (...) O mais que se lhe pode conceder (...) é a função de coordenar as aspirações gerais, com o fim de estabelecer o equilíbrio das correntes que as representam.

Uma vez coesionada a classe dominante, o primeiro grande ataque de envergadura a nível institucional surge com o Decreto 19 770, de março de 1931, a partir do qual o recém-criado Ministério do Trabalho passa a controlar os sindicatos, condição sine qua non do reconhecimento dos mesmos. O conjunto de leis elaboradas pelo varguismo encontra, no Decreto-lei 1.402, de julho de 1939, um dos seus momentos chave, uma vez que, a partir dele, é instituído o pagamento obrigatório do imposto sindical para todo trabalhador. Entretanto, o ápice deste processo vem com a "Consolidação das Leis de Trabalho (1943)" que estabelecem 'definitivamente' os mecanismos legais de dominação do Estado sobre o movimento operário-sindical. Inevitavelmente, essa estrutura legal vai determinar o *modus vivendi* do sindicalismo até os nossos dias.

Na dialética estabelecida pela luta de classes, a relativa coesão dos setores dominantes em torno do varguismo, somado às divisões internas dos trabalhadores, à repressão policial / estatal / empresarial advinda da frustrada "intentona de 1935", imprime profunda derrota ao sindicalismo brasileiro e à emancipação popular.

A década de 30 marca o fim do sindicalismo combativo e independente do ESTADO que, em sua maioria, foi liderado pelos anarquistas. Ao desenvolvimento da força de trabalho assalariada urbana, em boa parte alimentada pela industrialização concentrada, se torna necessário um conjun-

to de recursos institucionais (e outros), 'sensatamente' elaborado, visando a manutenção do sistema capitalista no Brasil. Do Estado autoritário advém a legislação trabalhista corporativista, inspirada no fascismo italiano e na "Carta del Lavoro" e, por conseguinte, o sindicalismo atrelado, regido pela CLT.

A elaboração e implantação de recursos institucionais e da legislação trabalhista corporativista foi um processo jurídico, apenas na medida em que o jurídico é expressão da relação de força das classes em luta. Em toda a luta estão implícitos avanços e recuos. A década de 30 não foge à regra, sendo que o véu da noite imposto pelo Estado Novo determina limites estreitos às lutas dos trabalhadores, produzindo um profundo recuo na sua auto-organização.

Para que se possa ter uma idéia das consequências da implantação da CLT, basta lembrar alguns dos seus aspectos. Com a CLT os SINDICATOS OFICIAIS passaram a ser os únicos permitidos. O livre surgimento e perecimento das organizações sindicais passou a ser tutelado pelo Estado que termina padronizando, segundo os seus critérios, os estatutos sindicais através do Ministério do Trabalho. Se, por um lado, os associados podiam votar e ser escolhidos para as diretorias, por outro, antes que isso acontecesse, os possíveis candidatos passaram a ser submetidos à seleção do Ministério do Trabalho através do juiz da DRT e da polícia política. Uma vez em seus cargos, transformavam-se em agentes de confiança do Ministério. As greves eram consentidas apenas por motivo de atraso salarial e somente depois de se haver prevenido o patronato e de se haver conseguido o *laissez passer* da Justiça do Trabalho. A CLT e a política trabalhista do Estado Novo descaracterizaram, de fato, os sindicatos, transformando-os em órgão apendicular do Estado, de atuação assistencialista, sem que a base sindical pudesse ter qualquer influência determinante nas suas atividades. A consequência natural foi um processo de esvaziamento no número de aderentes na maioria dos sindicatos do país e um desestímulo a novas adesões.

Entretanto, um dos elementos mais nocivos da nova estrutura sindical - se é que se pode estabelecer uma hierarquia - é o imposto sindical. O Ministério do Trabalho distribui o imposto recolhido segundo seus critérios de conveniência. Se é facultativo filiar-se a um sindicato, todo trabalhador é obrigado a contribuir com um dia de seu salário, esteja ou não interessado, concorde ou não com a atuação do sindicato que diz representá-lo.

Sobre a base da CLT e de sua espinha dorsal, o imposto sindical, uma imensa e corrupta burocracia sindical, se organiza no país, servindo de uma só vez como amortecedor dos choques entre assalariados e capitalistas, entre os trabalhadores e o Estado, como instrumento de captação de fundos públicos mas, sobretudo, como instrumento de controle político do conjunto da força de trabalho do país. Não obstante todo o arsenal

de medidas restritivas, as pressões sociais se fizeram sentir como ameaça concreta ou latente.

Trabalhando inteligentemente, Vargas não deixou de elaborar medidas tornadas lei, regulando a jornada de oito horas, salário mínimo para o trabalhador, férias, o trabalho de menor, o trabalho da mulher, e outras atendendo à pressão social real e visando neutralizar os segmentos mais avançados dos trabalhadores. Visava também constituir uma base de apoio no interior mesmo da classe operária, que servisse como instrumento de chantagem junto a setores do capital que se contrapusessem às ambições das frações que ele representava mais diretamente e às suas próprias. Dizia ele:⁹

A organização do trabalho, (...) num momento conturbado e de profundas transformações sociais e econômicas, como o atual, não pode realizar-se com proveito para as classes patronais e benefício para os operários senão mediante inteligente (...) coordenação para conciliar e garantir os seus mútuos interesses.

(...) a falta, até há bem pouco, de organizações e métodos sindicalistas, determinou a falsa impressão de serem os sindicatos órgãos de luta, quando realmente o são de defesa e colaboração dos fatores capital e trabalho com o poder público (...).

O melhor meio de garanti-lo está, justamente, em transformar o proletariado em força orgânica, capaz de cooperar com o Estado, e não o deixar, pelo abandono da lei, entregue à ação dissolvente de elementos perturbadores. Faz-se instar, aos que desfrutam o benefício da riqueza e do conforto, reconhecerem também que a essas prerrogativas correspondem deveres (...).

Historicamente, o que se verificou foi o não cumprimento de boa parte das conquistas que, transformadas em letra morta, serviram, entretanto, à propaganda governamental. As que foram aplicadas compensavam o controle do capital sobre o sindicato, via aparelhos de Estado. A lei do salário mínimo, por exemplo, foi um dos instrumentos mais eficazes nesse sentido. Sabe-se que até hoje setores inteiros da população brasileira vivem sem que tenham direito a um salário mínimo nominal. Mas, além do recurso à propaganda, o "mínimo" possibilitou a nivelção de todos os outros salários, agindo, portanto, como mais um instrumento institucional de referência, pressionando para o rebaixamento dos custos de reprodução do conjunto da força de trabalho no Brasil.

O período que sucede à tomada do poder por Vargas é marcado pela repressão ao movimento operário. Só nas semanas subsequentes ao "levante comunista" de 27.11.35, houve cerca de 16 000 presos políticos. Um longo período de descenso se abre e que somente será contra-arrestado nos meados da década seguinte. A elite dos militantes estrangeiros

que constituía boa parte das lideranças combativas foi banida ou encarcerada. Por outro lado, e 'paradoxalmente', é um período de crescimento da classe operária brasileira, com a afirmação do processo de industrialização iniciada no século passado.

Esses fatores, conjugados à implantação dos sindicatos oficiais que só se afirmam a partir do Estado Novo em 1937, ajudam a explicar o refluxo da iniciativa dos assalariados. À falta de experiência político-sindical da jovem classe operária, ao seu deslumbramento com 'as luzes da cidade', à burocratização crescente dos sindicatos, acrescenta-se o assistencialismo paternalista¹⁰, que vai ser um dos fundamentos mesmo da política populista em conjunturas posteriores. A classe operária afasta-se dos sindicatos, a tal ponto que Getúlio vê-se a promover intensa campanha de sindicalização, desencadeada em 1940, juntamente com a institucionalização do imposto sindical.

Entretanto, a escalada inflacionária que corrói o salário mínimo desde o seu estabelecimento, junto à escassez de produtos produzida pela "economia mundial de guerra", faz germinar novos elementos de combate operário que irão aparecer de forma explícita nos finais da Segunda Grande Guerra. Somente a decisão de Getúlio, de enviar tropas ao front antimussoliniano, pôde oferecer oxigênio político a um regime que já se esgotava, mergulhado em suas contradições particulares.

É comum na história verificar-se que governos em dificuldades internas procuram encontrar nas guerras um paliativo para as suas doenças. O Brasil entra na Segunda Guerra Mundial em agosto de 1942 e, com o envio de tropas, Vargas passa por cima de suas próprias simpatias políticas, ingressando na luta sob a direção dos Estados Unidos. Assim, num gesto de extremo oportunismo político, Vargas procura capitalizar ao máximo o apelo à "unidade nacional" da "democracia contra o fascismo" que encontrou um eco considerável em certos setores da população brasileira.

Não obstante as contradições internas aguçadas pela guerra, começam a estreitar as margens de manobra do varguismo, acelerando a crise no interior das classes dominantes. Por sua vez, o movimento popular aumenta a sua pressão, em boa parte movido pela necessidade de arrancar melhores condições de vida, mas, também, pela aspiração às liberdades democráticas. As dificuldades do getulismo se aprofundam, acompanhando os estertores do fascismo na Europa; isso porque, apesar de ter sido "obrigado" a combatê-lo, internamente esta atitude dá mais alento à necessidade de combater a "Ditadura do Estado Novo". Em 1943, expira o prazo para que a "carta de 1937" seja submetida a plebiscito, aumentando ainda a crise com mais este componente institucional¹¹.

Ficam, portanto, estabelecidos os limites do Estado Novo. Getúlio compreende que, para "não perder os dedos, mesmo perdendo os anéis", necessário se faz organizar a "transição democrática" do período. Para isso,

capitalizando ao máximo o apelo à "unidade nacional", utilizou, como pôde, os recursos possibilitados pela burocracia sindical, estabelecendo, também, sob sua estratégia de defesa do capitalismo, uma aliança com o PCB. Este último fez ao seu modo eco à política que se afirmou definitivamente com a dissolução, em 1943, da III Internacional (COMINTERN). A política que vigora, denominada internacionalmente de Frente Popular, se impõe progressivamente com a hegemonia crescente da fração stalinista, sendo que a proposta de aliança com o Kuomintang, representante de uma designada burguesia chinesa progressista, seria o primeiro grande exemplo histórico¹².

Essa estratégia irá vigorar no pós-guerra, em função dos acordos de Yalta, dos quais o PCUS foi (na interpretação de vários autores) o principal articulador. Quando Roosevelt retorna da Criméia, a linha política que iria nortear as Nações Unidas foi anunciada ao Congresso Americano como uma marcha para a "paz mundial, para a unidade de pensamento"¹³.

O PCB, desde 1943, defende a mesma estratégia, adaptando-se às condições brasileiras. Das duas linhas que se debatem, uma buscando acordo com setores "burgueses progressistas" e outra procurando alianças com Getúlio, a última sai vitoriosa. Prestes justifica a perspectiva adotada por seu partido em 1945, dizendo que "o imperialismo está moribundo e o capital estrangeiro perde sua característica mais reacionária para se transformar em fator de progresso e prosperidade para todos os povos". Dizia ainda:¹⁴

O PC vem lutando pela União Nacional. (...) perseguido com seus dirigentes encarcerados (...), soube esmagar ressentimentos (...) para estender a mão a todos e pregar a União Nacional em torno do governo. (...) Os comunistas (...) sabiam que se tivéssemos um governo mil vezes mais reacionário (...) a obrigação de todos patriotas era apoiar aquele governo para colocar a nossa pátria ao lado das Nações Unidas.

2.2 De 1945 a 1948: Sobrevivência do Corporativismo e Desilusões Políticas

Vargas, portanto, não teve dificuldades em tirar proveito dessa aliança que, sem dúvida, será um dos componentes que ajudam a explicar sua volta em 1951. Mas o governo de Gaspar Dutra, depois de curto período em que José Linhares sucede ao 'Ditador', encontra também o apoio do Partido Comunista. É ainda Prestes quem afirma:¹⁵

Estamos frente a um novo governo em nossa terra. Os comunistas em face desse governo, mantêm a mesma posição já assumida diante dos dois governos anteriores - o do Sr. Getúlio Vargas e do Sr. José Linhares. Os comunistas sabem que no mun-

do atual, o necessário é a ordem, é a tranqüilidade. (...) E por isso estamos prontos a apoiar o governo do General Dutra, a mobilizar todas as massas que já aceitam nossa direção, para apoiar os seus atos honestos e sinceramente democráticos.

Ao nível estritamente sindical, os comunistas articulam, já em 1945, o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT) e, entre suas reivindicações, achava-se a da liberalização das leis sindicais. Buscaram, através do MUT, unificar o movimento dos trabalhadores sobre a bandeira da eleição de direções sindicais unitárias. De fato, a direção do partido não estava interessada em lutar contra a burocracia sindical formada durante o Estado Novo, mas com ela buscava constituir aliança¹⁶. Essa aliança será um dos componentes que permanecerá ao longo das décadas seguintes, agindo assim como uma determinante considerável na explicação do comportamento do movimento sindical brasileiro. Em essência, a política adotada não implicava numa ruptura com a estrutura sindical construída durante o Estado Novo¹⁷, mas na busca de uma coexistência.

O pleito por uma maior autonomia estava coerente com uma margem maior de manobra para o partido, mas não traduz combate ao sindicalismo - CLT, nem tampouco ao imposto sindical compulsório, núcleo de sustentação do corporativismo. Sua política apresenta-se ambígua: reivindica maior autonomia em relação ao sindicalismo oficial, mas mantém a vinculação com o Ministério do Trabalho¹⁸.

Quando, em 1946, o PCB lança seus candidatos à constituinte, o programa eleitoral adotado pela direção do partido, no que diz respeito à política sindical, propõe o seguinte:¹⁹

Pela efetiva aplicação da legislação trabalhista sob o controle dos próprios interessados organizados em seus sindicatos realmente livres e autônomos. Ampliação de Justiça do Trabalho e imediata substituição dos juizes que não forem livremente eleitos, pela imediata extensão dos direitos sindicais aos trabalhadores agrícolas; pela ajuda decidida do governo à organização do proletariado, inclusive empresas autárquicas, a fim de que unifique nacionalmente suas forças numa grande Confederação Geral.

A análise dessa linha reflete, de uma parte, a pressão das camadas dominantes e do aparelho de Estado sobre os núcleos dirigentes do PCB e, por outro, a pressão do movimento dos trabalhadores que fazem ecoar (inclusive através de greves) até à direção, passando pelos núcleos de base do partido, as suas verdadeiras aspirações. É necessário lembrar que essa atividade persistente (em grande parte espontânea do "povo trabalhador") se estende de 1944 a 1947, fruto das condições objetivas mesmas do conjunto dos assalariados. Esse movimento surge em boa parte como resposta aos processos de intensificação dos "esforços de guerra" que au-

mentam de fato a taxa de exploração do proletariado fabril. Por seus próprios meios e de forma espontânea, a classe operária brasileira reata assim com suas tradições antimilitaristas²⁰, recusando-se a "servir na guerra dos patrões".

Assinalar estes eventos e o espírito que os guiou não deve ser considerado uma questão de menor importância. Na verdade, ela é da maior relevância, porque possibilita a caracterização de duas estratégias distintas dominando o movimento popular. A estratégia que inferia a política dos anarco-sindicalistas e que hegemoniza as lutas trabalhistas da maior parte das organizações, pelo menos até o início dos anos vinte, procurava passar para os assalariados a idéia de que as suas conquistas parciais, tanto quanto a paz mundial, só seriam definitivamente asseguradas com o fim do capitalismo. Já na retomada das lutas, em 1944, as organizações que procuram controlar as manifestações do proletariado estavam submetidas à idéia da necessidade da defesa da pátria, do 'sacrifício comum', à idéia da necessidade de submeter-se a uma aliança com a "burguesia progressista, sinceramente democrática e nacionalista", à idéia da coexistência pacífica mundial.

Essa perspectiva transforma-se, de subjetiva, em uma das determinantes objetivas que ajudam a esclarecer a essência das atividades empreendidas pelas organizações sindicais e partidárias, assim como também a natureza das relações destes organismos com o conjunto dos trabalhadores. Como elementos concretos atuaram até os nossos dias, colaborando, portanto, em negativo, para dar origem a novas perspectivas no seio do movimento operário e sindical brasileiro, assim como para explicá-lo.

Não se pode ter nenhum pré-julgamento quando se pretende observar a ascensão e a crise do capitalismo em função da sua curva de longa duração. No amplo espectro de combinações políticas, e isto desde a sua fase progressista, a burguesia teve dois extremos como possibilidade: por um lado, os "regimes de força", cuja principal característica sempre foi a colocação fora da lei de toda organização popular independente politicamente; por outro lado, os "pactos interclasses" cuja principal característica consistiu, e continua consistindo, na absorção destes pelo aparelho de Estado ou na subordinação política das forças que estendem raízes no seio da população trabalhadora.

Quanto mais se pronuncia, porém, a longa curva de descenso do capitalismo, mais estreito vai-se tornando o leque desses dois extremos, menor é a possibilidade de se conviver com liberdades democráticas. Nada mais exato em se constatar que esse processo torna-se mais agudo nos países dependentes, quanto maior é a sede, a necessidade de democracia.

A América Latina foi, através de sua história, um imenso laboratório onde essa realidade pôde ser constatada. O Brasil é uma expressão particular desse concreto historicamente determinado. E isso foi verdade no

passado; no presente, esta verdade é mais aguda ainda. O Estado capitalista no Brasil pós-1930 sente necessidade de centralizar o seu poder federal, de aumentar seu controle sobre a vida econômica, de intervir planificadamente sobre a vida social, para reduzir a sua vulnerabilidade política oriunda da sua fragilidade estrutural, genética. Nesse sentido, a reestruturação jurídica e organizacional do operariado e de seus organismos sindicais jogou um papel fundamental na conservação da ordem e na implementação de um certo desenvolvimento industrial.

Neste momento, o papel desempenhado pela burocracia sindical, moldando, educando, subordinando o comportamento dos trabalhadores às idéias e aos valores necessários ao 'progresso social', foi importante. A extensão do aparelho sindical torna-se uma das bases de sustentação para o próprio aparelho de Estado. Isso permite, em momentos críticos da coabitação interclasses, que Vargas possa jogar "com o proletariado para impedir que a burguesia industrial e a oligarquia financeira se assestorassem completamente do poder"²¹, preservando em parte suas próprias posições, assim como os interesses dos latifundiários.

Aliás, nos regimes políticos populistas, os protagonistas desses governos procuram sempre chantagear, através do proletariado, as frações do capital, inclusive o capital financeiro internacional. Ocorreu na Argentina com Peron e, no Brasil, com Vargas. É esta visão que leva este último a articular a formação, ao mesmo tempo, do Partido Social Democrático (PSD) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A finalidade foi a ampliação da penetração política de Getúlio, em particular no seio dos 'pobres', dotando-se assim de uma representação política para os novos tempos que se anunciavam.

No quadro das alianças partidárias e interclasses, o governo procura aproveitar a estratégia internacionalmente adotada pelos PCs e a própria orientação do PCB para controlar a atividade dos trabalhadores nas faixas onde o partido teve maior penetração e onde o governo se fazia carente.

Deste modo, os comunistas, a serviço de uma aliança política, começaram a realizar, desde os primeiros meses de democracia no país, aquilo que Vargas imaginava como necessário à sua política mas que seus "pelegos" pareciam incapazes de realizar, ou seja, a mobilização, a serviço do governo, dos sindicatos que até então tinham existência meramente assistencial e administrativa.

(...) se até a queda de Vargas os comunistas insistiam que os operários deviam 'apertar o cinto' em nome da constituinte, insistirão, depois, em que o fizessem em nome das eleições e, depois que estas se realizam, usarão a idéia da C.G.T.B. (Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil) e, depois, ainda a campanha pela abolição da carta de 37²².

A importância do Partido no quadro dessa conjuntura é dada, entre outras manifestações, pelo fato de ser o primeiro partido operário com uma base na classe muito importante, sobretudo para as condições da época. Segundo Luís Carlos Prestes, secretário-geral do Partido no período, o número de seus militantes era de 200 mil²³, ou seja, o maior número de toda a sua história. No Rio de Janeiro, por exemplo, apenas as células da Central do Brasil, do Arsenal da Marinha, do funcionalismo da prefeitura, tinham mais de dois mil membros²⁴. Ainda que para Basbaum o número de militantes do PCB fosse menor no período, (cerca de 180 000), deve-se lembrar que nestes não estavam incluídos os simpatizantes que deveriam ser pelo menos o dobro. Uma referência política como esta, que reivindicava em seus discursos e em seus escritos a "Paz Mundial" sob o capitalismo, tinha que ser inteligentemente articulada na "União Nacional" como um flanco à esquerda a ser preservado.

É como importante força política nacional que o PCB hegemonizará o Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, que, em setembro de 1946, funda a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) ou, simplesmente, CTB. Este congresso reuniu 2 400 delegados e, tendo sido aberto pelo representante do Presidente da República, o Ministro do Trabalho²⁵, além dos 'ministerialistas', congregou também a participação dos petebistas e dos comunistas, sendo que os últimos foram a principal força do congresso. As pressões da base na conjuntura em curso, expressam-se no congresso produzindo uma diferenciação entre a posição dos comunistas e a dos demais participantes, sobretudo quando o Ministério do Trabalho exige o seu encerramento. A alternativa para a ruptura se coloca claramente, mas nem a burocracia getulista, nem os sindicalistas comunistas assumem-na. A escolha feita procura se adaptar à CLT. Assim, na resolução adotada pela executiva da CTB, observamos que²⁶:

A CTB será um órgão profundamente democrático e servirá para acabar, de uma vez por todas, com falsos líderes sindicais, que tantos malefícios têm causado aos trabalhadores, servindo tão só para desprestigiar o Ministério do Trabalho, colocando-o em situação antipática, fazendo com que a massa trabalhadora olhe para aquele organismo com natural desconfiança. A CTB não é um órgão de combate ao Ministério do Trabalho, porém lutará para que ele cumpra as finalidades para que foi criado.

Mais adiante é acentuado:²⁷

1) que seja permitido às entidades sindicais o direito de elaborar livremente seus estatutos, nos termos do artigo 518, 1º da Consolidação das Leis Trabalhistas, cabendo aos associados estabelecerem as normas que lhes convenham de administração e eleições, perda de mandatos e substituição dos diretores, aplicação de rendas e outras atividades correlatas;

2) que nela a fiscalização financeira seja efetuada pelos próprios interessados, de acordo com o que estabeleceram os estatutos, *salvo o da aplicação do imposto sindical, que continuará a ser feita pelo Estado.*

Assim, fala-se em autonomia e liberdade sindical, mas aquilo que liga fisiologicamente os sindicatos ao Estado, o imposto sindical, permanece tal qual foi estabelecido pela CLT / Estado-novista. A proposta estabelecida pela resolução preserva, portanto, o núcleo duro do Corporativismo estatal e assume explicitamente a concepção "celetista" de que os sindicatos são órgãos de cooperação com o Estado. Desta forma, a Confederação é definida como órgão de cooperação com o Estado; ela "poderá influir muito eficientemente na solução dos problemas econômicos e sociais da nossa pátria"²⁸.

A CGTB surge assim com uma fragilidade endôgena e, nesse caso, o mínimo que se pode dizer, é que a sua base de sindicalizados, como também a sua área de influência não tiveram oportunidade de medir suas forças, nem de adquirir uma consciência mais acabada dos principais obstáculos à realização dos seus interesses organizativos e, portanto, materiais.

A ambigüidade estrutural da CGTB vai-se manifestar de forma cabal quando, uma vez passada a turbulência social à deposição de Vargas, as classes dominantes representadas por Dutra e amparadas pela Constituinte de 46, decidem atacar a livre organização partidária e sindical dos trabalhadores. O PCB é jogado na clandestinidade pela "constituição democrática" e a CGTB é desmontada através da intervenção, em particular nos sindicatos comunistas, mas também pela organização da Confederação Nacional do Trabalho (CNT), controlada pelos ministerialistas e pelegos.

Dessa forma, pode-se concluir que, apesar de Getúlio achar-se formalmente afastado da direção do Estado, este último, tanto quanto a política que dele emanava, estavam profundamente marcados pela estrutura bonapartista oriunda do Estado Novo. Para a classe operária, o preço pago foi bastante elevado, pois além das prisões e da violência²⁹, a desmoralização de milhares de militantes tornou-se inevitável³⁰. Mas, por outro lado, de forma lenta mas persistente, começa a germinar toda uma reflexão sobre a independência sindical que, entretanto, só poderá se manifestar com força 30 anos depois.

2.3 Nacionalismo Populista ou Desenvolvimentismo: Falsas Alternativas para os Trabalhadores

Dissolvida a CGTB através da intervenção estatal, o movimento sindical passa por uma certa apatia, sendo que os trabalhadores afastam-se consideravelmente dos 'sindicatos permitidos'. Os 'líderes' organicamente ligados ao aparelho de Estado, auxiliados pelos pelegos do PTB, dominam

a máquina burocrática sindical centralizada na CNT, criada por decreto, na tentativa de melhor controlar as manifestações populares.

Os comunistas, por sua vez, realizam uma virada política de 180°, abandonando todos os sindicatos, estivessem ou não sob intervenção, adotando a tática dos 'sindicatos paralelos', através da criação de entidades civis registradas, mas também, muitas vezes, clandestinas. No extremo desse trabalho, apesar de toda a sangria de militantes, o PCB constituiu, em 1948, a União Geral dos Trabalhadores (UGT). É Prestes mesmo quem faz a crítica do período anterior justificando a nova política do PCB:³¹

Já em 1945, em vez de mobilizarmos e organizarmos as massas através da luta por suas reivindicações imediatas, como única maneira de fazermos frente ao golpe militar que se preparava contra as recentes conquistas democráticas, aconselhávamos 'a ordem e a tranquilidade' e procurávamos conter o descontentamento das massas - tola ilusão pequeno-burguesa que denota o quanto nos afastáramos então do terreno do marxismo-leninismo.

É curiosa esta mudança esquerdista, que no nível sindical se concretiza nos 'sindicatos paralelos'. Um mês antes do golpe autoritário que cassa o registro do PCB, seus deputados, e fecha a CGTB, é Prestes ele mesmo quem diz numa conferência pública que o "imperialismo estava com os dentes quebrados e que ninguém ousaria fechar o PCB". Porém, também é curioso constatar que, apesar do golpe sofrido e de todo o discurso contra o controle do Ministério do Trabalho e do imposto sobre os sindicatos, de fato, a luta contra o Corporativismo celetista é completamente abandonada. Mesmo os sindicatos que não estavam sob intervenção foram menosprezados, deixando de lado o terreno mesmo onde esta batalha deveria efetivar-se. O espaço fica limpo para que o PTB desenvolvesse sua hegemonia sobre a quase totalidade dos sindicatos.

O PCB permanece a única alternativa de direção dentro do movimento operário, apesar de o número de seus efetivos, em 1950, ser de 20 mil inscritos, ou seja, 10% do número em 1947³². Através de trabalho de organização na base (fruto das pressões oriundas do seio do povo), ele impõe a queda de um certo número de interventores. Estes são substituídos por composições entre comunistas e a 'esquerda' petebista. Isso possibilita uma certa influência em um número considerável de greves importantes no período que vai até 1964.

Apesar da violência repressiva, o movimento popular se faz presente permanentemente com greves. Entre 1948 e 1952, mais de um milhão de trabalhadores fazem greve³³. Mas a retomada operário-sindical é mesmo a greve geral de 1953, atingindo toda a capital paulista e um número considerável de cidades do interior do Estado. Ela submerge, com seu espontaneísmo, todo o sindicalismo oficial.

A década de 1950 é marcada por grandes mobilizações e acontecimentos. Getúlio Vargas 'volta' ao centro da cena política nacional, nos 'braços do povo'. Este é o período em que o "Pai dos pobres" desenvolverá até às últimas conseqüências o populismo como estratégia de dominação, utilizando mais do que nunca os assalariados urbanos como massa de manobra dos interesses que tenta conciliar, e dos seus próprios. A industrialização brasileira havia chegado a um impasse: para continuar, deveria ser capaz de desenvolver um forte setor de bens de produção e/ou intermediários para, assim, poder alimentar os ciclos de reprodução do capital industrial existente, ou 'escancarar' mais ainda as portas ao capital financeiro internacional. Este é o quadro estrutural que nutre a crise institucional e política dos anos 50 e que, como diz Weffort, vinha se arrastando desde os finais da República Velha.

A estratégia de Vargas orienta-se mais no sentido da primeira opção. Apóia-se assim em setores da burguesia industrial brasileira, na burocracia estatal e, em grande medida, nas chantagens ideológico-materiais com as quais pretendeu manipular os trabalhadores urbanos, que terminam sendo a sua principal base de sustentação. O apelo aos elementos do nacionalismo e do populismo é o canal através do qual canaliza as energias de milhões de pessoas para a realização dos objetivos de uma modernização sem mudança e que, algumas vezes, vão muito além do que ele realmente pretendia, como no caso da campanha "o petróleo é nosso", ou do aumento de 100% do salário mínimo.

Dessa forma, todo o aparato que ele havia constituído anteriormente, em particular a estrutura sindical sobre a base da CLT, lhe será de grande proveito. Mas, se por um lado a burocracia sindical e pelega, ligada ao aparelho de Estado e aos grupos dominantes, tudo fazia para que o conjunto da classe sáísse do seu próprio terreno, as pressões oriundas dos antagonismos entre o capital e o trabalho, fizeram com que o operariado utilizasse o aparelho sindical até o momento em que as fricções com esta maquinária obrigassem, numa relação dialética, a saltos de qualidade a nível da consciência e da organização, que em momentos-chaves se saldaram por transbordamentos, como em 1953 e em 1954, por exemplo, nos acontecimentos que sucedem à morte de Getúlio.

De fato, a greve geral de 1953 em São Paulo é um acontecimento histórico da maior importância, pois coloca de forma clara, evidente, objetiva, todos os elementos da discussão de uma teoria da revolução e que se repetirá (guardadas todas as proporções), mais uma vez, na conjuntura 1963-64. A "greve dos 300 mil" reata - ainda que de forma inacabada - com o movimento operário anterior a 1930, com a tradição de trabalho militante horizontal pela base e autônomo em relação às instituições do capital. Coloca espontaneamente, ainda que sem consciência acabada dos seus interesses históricos, a necessidade da ruptura com o Estado burguês,

na forma tal qual ele se apresenta, travestido em nacional populismo. Faz brotar, portanto, a necessidade de uma centralização orgânica para lutar eficazmente, e de uma alternativa política que galvanize a espontaneidade das mobilizações "pontuais" dos trabalhadores, conscientizando-os dos seus interesses imediatos e históricos, independente politicamente da resposta capitalista à crise e impasses da propriedade privada dos meios de produção no Brasil.

Após duas décadas de repressão em todos os níveis, instituída nos anos 30, ocorre um processo de retomada, de revigoramento operário-sindical, novamente interrompido no governo Dutra, que corresponde ao período do "intervalo democrático". Advinda a repressão, mais uma vez é imposto um refluxo ao movimento dos trabalhadores, que somente a partir dos anos 51/52 obtém novo alento. A greve dos 300 mil, em 1953, explode, buscando um terreno próprio de ação, passando por fora do controle governamental, dos partidos existentes e fazendo face à violenta repressão que sobre ela se abateu. Neste renascimento, os canais de organização e de expressão se concentraram, não por acaso, nos organismos de base dos quais as Comissões de Empresa foram decisivas. Mas este modo de organização pela base não correspondia deliberadamente a nenhuma estratégia dos partidos políticos existentes. Liberais, petebistas e comunistas reagiram a essa questão da mesma forma³⁴. O PCB, curiosamente, deu mais uma curva de 180°, voltando a participar nos sindicatos oficiais, conforme sua estratégia de consolidação da democracia do pós-guerra. Entretanto, não é exato que os comunistas não tenham participado de forma alguma das iniciativas de organização pela base, pois, como afirma Moisés, era uma tendência imbatível no seio da massa e o Partido Comunista não poderia deixar de acompanhá-la a seu modo. É evidente que:

Uma linha programática que chegou a se traduzir em termos de uma palavra-de-ordem como 'apertar os cinturões' - como ocorreu na conjuntura de 1945/46 - não era exatamente o tipo de apelo que conseguisse sensibilizar as massas trabalhadoras, (...)

Isso indica que as iniciativas de organização na base ocorriam, em grande parte, apesar da vontade do PCB, (...)

(...) Dessa forma, tornava-se difícil dar, à ação espontânea das massas, uma direção política que fosse condizente com os seus interesses de classe. Para isso teria sido necessário romper com a tradição de controle imposta pela estrutura sindical oficial e, de outra parte, romper com o reformismo que a prática dessa estrutura implicava. A contrapartida necessária desse rompimento, (...)

teria sido uma política de estimular a organização do movimento

operário na base, como requisito de sua consolidação. Para isso (...) havia condições extremamente favoráveis no seio das massas. Mas essa política, (...) tinha de se subordinar a uma estratégia de independência e autonomia da classe operária. (...), essa estratégia conflitava com toda e qualquer política de colaboração de classe³⁵.

Dessa forma, na linha interpretativa de Moisés, sem menosprezar nem apagar a história da atividade organizatória do PCB nas bases, o mais importante é destacar o sentido desta ação. Nesse caso concreto, esse procedimento estabelece toda a distinção entre a 'intenção e o gesto': tratava-se de preparar, na base, a política de penetração nos sindicatos oficiais³⁶, mas sem preparar a ruptura com a CLT. Apesar disso, a greve dos 300 mil de 1953 foi vitoriosa e estabeleceu, para setores consideráveis do movimento operário, a necessidade da independência de classe. Um lento, mas progressivo processo de transformação em direção à 'classe para si' germinava.

Uma vez passada a turbulência da primeira metade dos anos 50, o governo de Juscelino será marcado por uma relativa liberdade que se traduzirá em uma considerável atividade sindical. Será também marcado, ao nível das relações entre o capital e o trabalho, pela afirmação do chamado "sindicalismo populista", esboçado na tentativa frustrada de 1945/46. Segundo Weffort, essa postura sindical se caracteriza da seguinte maneira:³⁷

No plano da orientação, se subordina à ideologia nacionalista e apóia uma política de reformas e de colaboração de classes. No plano da organização se caracteriza por uma estrutura dualista na qual as chamadas "organizações paralelas", formadas por iniciativa da esquerda, passam a servir de complemento à estrutura sindical oficial de corte corporativista e apêndice do Estado. E finalmente, ao nível político, se subordina às vicissitudes da aliança formada pela esquerda, por Goulart e outros populistas fiéis à tradição de Vargas.

De fato, a forma do 'desenvolvimento' de política sindical no Brasil do governo de Juscelino já havia sido elaborada (na essência) pelo varguismo, no período que vai de 1943 até 1945, quando ele prepara a transição *en douceur*, e que termina culminando na "repressão democrática" de Eurico Gaspar Dutra. Em 1951, Getúlio retoma a sua estratégia de defesa das instituições capitalistas (e, portanto, de seu Estado), compreendendo as especificidades conjunturais da fase de desenvolvimento econômico-social do país. Expressa assim, de modo agudo, as contradições e os impasses que dominavam a sociedade brasileira de então, fazendo escolhas táticas que possibilitariam a viabilização do 'seu projeto'.

No início dos anos 40, reconhecendo o esvaziamento do aparelho sindical, Vargas promove uma campanha de sindicalização. O mesmo ocor-

rerá no início dos anos 50. O suicídio de Getúlio, mais que uma derrota pessoal, significa a incapacidade das frações de classe no poder resolverem as contradições em que se encontrava mergulhado o Brasil daquele período. Morria com o 'bonaparte' um projeto que seria tentado mais uma vez a partir de 1962, mas apenas como "farsa".

Em decorrência do que foi dito, a implementação do "Plano de Metas" do "populismo sindical" não tem nada de originalmente novo. A relativa liberdade sindical que perdurou até 1964 é, sobretudo, um subproduto da pressão popular e da necessidade de o Estado capitalista pulverizar no seu interior esta pressão através do controle das mobilizações, mais do que uma demonstração da capacidade da nossa "burguesia morena" em realizar uma democratização popular. Para enfrentar a sua crise constante, ele conta apenas com um estreito espectro que vai da "mobilização controlada ao controle repressivo"³⁸. Nos países como o nosso, onde a classe dos proprietários dos meios de produção é geneticamente dependente e onde, por conseguinte, não conseguiu até hoje construir um projeto próprio, nacional, a possibilidade do consenso como base de uma hegemonia é muito limitada, tanto quanto são frágeis suas instituições. Na realidade, estas instituições centralizadas pelo Estado, vivem permanentemente em crise.

No caso de Getúlio, a ambigüidade do seu projeto pode ser ilustrada, por um lado, no momento em que pretende implantar um controle mínimo sobre a remessa de lucros e, por outro, tentando atrair o capital estrangeiro, mais sob a forma de empréstimos públicos que em inversões privadas. O seu sucessor não escapará tampouco às contradições impostas pela economia mundial, algumas originárias dos fundamentos mesmo do capitalismo, outras oriundas da fase monopolista dominada pelo capital financeiro internacional, e outras provenientes das consequências da Segunda Guerra Mundial. Como tentar abrir possibilidades para o desenvolvimento brasileiro, senão buscando sair dos impasses estruturais que estão na origem da "Revolução de 1930"? Para se construírem alternativas à agroexportação, precisa-se viabilizar uma certa industrialização. Mas como industrializar se não se detém um sólido setor produtivo de bens de capital?

Após a Segunda Guerra Mundial, o Estado americano torna-se quase o Estado da burguesia mundial, concentrando em si as contradições da economia mundial. Desse modo, tanto quanto é obrigado a reconstruir o capitalismo europeu e japonês, ele tem interesse em 'industrializar' países com um mercado e uma riqueza em matéria-prima como o Brasil. Isso ocorre, não apenas como necessidade de procurar superar os seus impasses próprios, mas como alternativa que procura salvar o capitalismo de mais abalos, como no caso da China. Planifica assim, em alguma medida, a economia brasileira, reservando para o grande capital internacional, setores estratégicos da produção e do mercado 'nacional'.

No governo de Juscelino, o nacionalismo varguista assume uma feição contrária,³⁹ mas apenas na aparência; a industrialização internacionalizada é apresentada, na ideologia do populismo, como a "redenção nacional". Nunca o país se mostrou tão aberto ao capital estrangeiro! Nunca foi tão marcante a presença física, qualitativa, da classe operário-industrial! Concentrada nas grandes cidade, a quantidade transforma-se em seu contrário, exigindo maior atenção do bloco no poder, para seus instrumentos de controle social. O "construtor de Brasília" se pronunciará inevitavelmente sobre o assunto, no início dos anos 60:⁴⁰

Preservar a paz social, com melhoria das condições de vida do trabalhador e o paralelo incremento da produtividade, foi objeto de constante empenho do Governo, todas as vezes que se fez necessária a sua interferência nas reivindicações salariais. (...)

Muito se interessou a administração pelo maior conagraçamento dos trabalhadores, ao mesmo tempo que procurou sanear as instituições destinadas à sua defesa, afastando elementos nocivos. (...)

Os cursos de formação sindical e de divulgação da legislação do trabalho, promovidos por vários órgãos do Poder Público e por entidades privadas, contribuíram, em boa parte, para o desenvolvimento daquelas entidades que hoje cooperam com o Poder Público em vários setores administrativos.

Maior clareza que essa declaração, nenhum tratado histórico poderá revelar. Na sua estratégia de defesa do capitalismo e de sua viabilização no Brasil, JK procura se conduzir pela via do consenso com os trabalhadores. Mas sua tática não excluía o "saneamento das 'instituições dos trabalhadores', eliminando obstáculos nocivos aos fins perseguidos". Os sindicatos e a legislação trabalhista continuam, portanto, instrumentos insubstituíveis da dominação do capital sobre o trabalho. Mas os partidos que se reivindicam dos trabalhadores não estavam isentos *dans cette affaire*. Poderia dizer-se mais uma vez:⁴¹

Todos os partidos se uniram no 'partido da ordem' frente ao proletariado, ao 'partido da anarquia' (...) Eles 'salvaram' a sociedade das empresas dos inimigos da sociedade.

O Partido Trabalhista Brasileiro tudo fez para manter e mesmo ampliar as suas bases sociais. Fiel à suas origens, servia de 'correia de transmissão' e de 'colchão' aos antagonismos sociais, canalizando e amortecendo as lutas que eram absorvidas pelo Estado-capital. Para manter a sua fidelidade ao corporativismo sem perder audiência nas camadas populares, fazia uso de uma linguagem dupla. Para justificar a sua existência, assegurava aos capitalistas ser necessário a harmonia social e provava que ninguém poderia jogar o papel do PTB no apaziguamento das tensões sociais,

em particular aquelas oriundas das fábricas. Aos trabalhadores jurava que apenas os trabalhistas poderiam 'redimi-los', pois, além de tudo, estavam nos governos, lá onde tudo se decidia. Para não perder o controle dos movimentos sociais, foi o PTB muitas vezes obrigado a radicalizar junto aos movimentos organizados. Podiam, ao mesmo tempo, coexistir defensores e inimigos da reforma agrária, tanto quanto do capital estrangeiro, no seio desta sigla.

Na verdade, não se poderia explicar a relativa estabilidade do Governo JK sem a aliança que evitou a crise revolucionária aberta, que deveria ter sucedido à morte de Getúlio. Pode-se falar perfeitamente no varguismo sem Vargas, na *union sacrée* selada entre a coligação PTB-PSD (ambos construídos pelo bonaparte moreno) e o Ministério da Guerra, na figura do General Lott. A esse bloco juntar-se-ão o PR e o PCB, sendo que os comunistas tomarão a iniciativa da Convenção do Movimento Nacional Popular Trabalhista, movimento através do qual eles se organizarão legalmente. É essa a perspectiva adotada também por outros partidos, como o PDC e o PSB, que assumem claramente 'seu programa' como de socorro à crise, dirigindo-se indistintamente a todos os "partidos e homens amantes do progresso, da libertação econômica e do bem-estar de nosso povo".⁴²

Para se avançar na direção de uma história crítica, é necessário destruir-se todo maniqueísmo que quer enquadrar a história concreta na camisa de força da direita e da esquerda, das forças progressistas e das forças reacionárias. Somente uma tal atitude nos permitirá enfrentar (sem neutralidade mas) com objetividade mínima, a dialética revolução/contra-revolução na conjuntura 1961-64 no país. Quando eclode a crise político-institucional, ilustrada pela renúncia de Jânio Quadros, algo semelhante à conjuntura 1954/56 sucede no Brasil, levando-o novamente à beira da guerra civil.

Mais uma vez, entretanto, a fenda aberta de cima abaixo no edifício social por onde poderiam passar os milhões de anônimos de então, será cimentada pelo bloco de todas as forças de 'salvação nacional'; cada qual a seu modo (com seu próprio discurso), participa na frente que absorve e fragmenta o movimento inconsciente (de 'classe em si'), do proletariado e do campesinato. Weffort explica a questão da seguinte maneira⁴³:

A crise no poder se expressa também em uma possibilidade de intervenção, institucional ou extra-institucional, das massas populares, possibilidade que se tornava cada vez maior quanto mais os acontecimentos escapavam ao controle das elites políticas. Presente já na conjuntura de 1954, esta possibilidade se tornava mais nítida na crise pré-revolucionária de 1961, para tornar-se plenamente evidente durante todo o transcurso do período Goulart. (...)

Contudo, a entrada em cena das massas jamais foi assumida como uma alternativa política real por nenhum setor das elites

políticas, que em conjunto, se orientavam justamente para combatê-la ou pelo menos para fazê-la desnecessária.

Weffort considera que essa alternativa, a possibilidade (ou a necessidade) da irrupção das massas na arena político-social, foi tomada como uma realidade pelos liberais que optaram pela liquidação definitiva do populismo, através da intervenção imediata da *politique du sabre*. Considera ainda que no lado esquerdo da cena política, as elites,⁴⁴

incluídos os comunistas, ainda que ameaçando constantemente com a sublevação popular, não faziam mais que procurar alguma solução que evitasse sua intervenção real. Enquanto os liberais (...) clamavam por um golpe de Estado (...), os grupos políticos radicais impregnados de reformismo nacionalista, procuravam desesperadamente controlar as massas dentro de seus objetivos de continuidade do populismo. Tanto para uns como para outros, o Estado, ou melhor o aparelho do Estado, era o principal foco de atenção, não a sociedade ou as classes sociais.

O fetichismo do Estado-capital exercendo sua 'fascinação' mesmo sobre as forças políticas que se reivindicavam do socialismo, lembra a análise de Engels sobre a origem e o desenvolvimento do Estado. Dizia ele que o Estado não era um poder imposto de fora à sociedade, mas o resultado desta mesma sociedade num determinado estágio. Para que as classes de interesses econômicos opostos não se consumam numa luta estéril, necessário se faz que um poder se coloque aparentemente sobre a sociedade, procurando acabar com os conflitos, ou mantê-los nos limites da ordem. Engels critica a construção invertida de Hegel, que diz ser o Estado "a imagem e a realidade da razão", afirmando que este *Deus ex machina* é, em si mesmo, a confissão de que a sociedade é prisioneira de uma contradição insolúvel e que ela mesma é incapaz de resolver⁴⁵. Por que então esta estranha fascinação pelo demiurgo da sociedade, que faz com que os partidos da classe trabalhadora digam a esta *vade retro Satanás*, justamente no momento em que a classe tem condições de transitar rumo ao "paraíso"?

Talvez não seja demasiado considerar ser esse um fenômeno universal das situações de crise. Em todo o caso, foi o que se verificou na velha Rússia de 1917. No novo momento em que a significação e o papel do Estado se colocam com toda a sua premência, quando a ação da massa trabalhadora exige uma alternativa política própria que assegurasse a sua independência, "socialistas revolucionários" e "mencheviques" passam imediatamente, e sem reservas, à defesa da "conciliação de classe", o que fez Lenin afirmar que haviam optado por uma adaptação, não apenas aos interesses da burguesia nacional como, sobretudo, a seu Estado.⁴⁶

Quando a sociedade de classes cria o Estado, ela cria ao mesmo tem-

po a ideologia. A primeira potência ideológica é o próprio Estado, que produz outras ideologias, como o direito, a religião.

Toda dominação de classe utiliza ao mesmo tempo a política da força e do consenso. Não existe violência estatal, sem ideólogos de toda a sorte para ocultar precisamente a natureza violenta de classe do Estado. Toda ideologia encontra sua justificação nas relações sociais.

Como sua estabilidade, sua eficácia sobrevive até que o desenvolvimento social encontre saída dentro das relações existentes. Sendo os trabalhadores a base sobre a qual é erigido esse "progresso", quando a sociedade não consegue mais resolver os seus interesses materiais, eles são obrigados a buscar uma alternativa na luta por uma vida melhor e, portanto, contra todas as ideologias presentes.

O fundamento desse movimento prático, mais ou menos consciente, não é nenhum modelo de sociedade, mas a situação deles na sociedade de classes. Se os trabalhadores não conseguem mais viver na situação presente e os governantes não conseguem mais governar como dantes, a crise revolucionária assume a dianteira dos acontecimentos.

Marx dizia que, nesse processo, o proletariado e a sua pressão objetiva "destituem adversários desconhecidos" que reaparecem de novo formidavelmente, "até que seja criada enfim a situação que torne impossível todo retorno atrás, e que as circunstâncias gritem elas mesmas: *Hic Rhodus, hic saltus!*"⁴⁷

Contra esse "Requiem" luta dia e noite o Estado em crise.

Foi "prá dançar essa dança" que milhões de anônimos brasileiros se manifestaram na conjuntura 1960-64. Mas se as condições objetivas estão dadas, a chave do processo histórico passa ao fator subjetivo, em particular aos partidos e às direções sindicais.

No início dos anos 60, todos estavam de acordo em que a crise se aprofundava a olhos vistos. Entretanto no que diz respeito à esquerda, nenhuma alternativa de independência de classe encontrou espaço nos partidos tradicionais.

O PSB propunha, a partir de sua IX Convenção Nacional em 1961, à "necessidade inadiável de reformas estruturais". Dizia ser impossível, entretanto, aplicar tais reformas enquanto os grupos econômicos "ligados ao latifúndio e ao imperialismo" continuassem a ocupar o poder. Por isso, propunha lutar "intransigentemente pelos direitos do Povo Brasileiro na livre escolha do seu Presidente, Governadores e Prefeitos".⁴⁸

Quanto ao PTB, ligado umbilicalmente ao aparelho de Estado, dizia que o seu trabalhismo se dirigia a todas as categorias, "dos mineiros aos chefes das empresas", recusando a noção simplista dos marxistas que colocava de um lado proletários e do outro proprietários. Dizia ainda que o objetivo do PTB "não deveria ser exclusivamente o da defesa do operário, porque este era rumo praticamente defendido por todos os partidos no Bra-

sil". Considerando a "ascensão do proletariado gritante, batendo às portas cada vez com mais consciência de si mesmo, graças à Legislação Trabalhista consolidada pela Revolução de 30", sustenta a necessidade de ampliar as bases da organização, "tendo em vista os interesses coletivos", pois, caso contrário, "desapareceriam"⁴⁹

O PCB, por sua vez, defendia "ser possível a conquista de reformas econômicas e políticas nos quadros do atual regime, definindo o caráter do governo propugnado pelos comunistas como 'nacionalista e democrático'⁵⁰. Na Resolução Política da Convenção Nacional do PCB, em 1961, realizada no Rio de Janeiro, os comunistas consideram que a contradição fundamental do desenvolvimento brasileiro acha-se entre a nação e o imperialismo. Dividindo a revolução em etapas, na primeira delas o Brasil deveria libertar-se econômica e politicamente do imperialismo e desenvolver a economia nacional mediante a industrialização. Como eram ainda inexistentes as condições para transformações socialistas, as modernizações deveriam ser encaminhadas com a "passagem do Poder Estatal às mãos das forças anti-imperialistas e antifeudais, inclusive à burguesia ligada aos interesses nacionais"⁵¹

Em todas as propostas, subjaz a sobrevivência do varguismo sem Vargas, ou vontade subjetiva de dar vida a uma alternativa industrializante nacional, adaptando, através de reformas de base, os interesses dos trabalhadores. Ao nível sindical, as direções apontavam para o mesmo horizonte. Numa vaga que teve origem na "Greve dos 300 mil em 1953" e nas 'comissões de empresa' (organizadas apesar dos sindicatos oficiais), comissões intersindicais são criadas. Assim, num movimento sucessivo, elaboram o Pacto dos Quatro Sindicatos e, um ano mais tarde, o Pacto da Unidade Intersindical que será a referência para o estabelecimento, anos mais tarde, do PUA (Pacto de Unidade e Ação) que por sua vez está na origem do Comando Geral dos Trabalhadores.

Este processo se dá num movimento desigual pontilhado por várias greves que acontecem durante os anos 50 e inícios dos anos 60, assim como também pela realização de vários congressos e instâncias organizativas. De 1959 a 1960, várias greves estouram por aumento salarial e contra a carestia, apesar do congelamento dos preços ter sido 'encenado' por Juscelino. Como consequência mais ou menos direta, várias categorias se organizaram nacionalmente, culminando com a realização, em 1960, do 3º Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores, com mais de 2 500 delegados e 1 000 sindicatos representados. Nas suas resoluções encontramos:

- elaborar uma política salarial com revisão imediata dos níveis do salário mínimo;
- instituir uma comissão nacional de sindicalização com paridade de trabalhadores e patrões;

- exigir o direito de se relacionar como melhor aprouver com o movimento sindical Internacional;
- legalização das formas de organização sindical de tipo horizontal já existentes ou a serem criadas.⁵²

Na origem deste Congresso estava o Comando da Greve da Paridade de novembro de 1960, que obriga o governo a conceder igualdade de vencimento para o funcionalismo civil e militar. Como já se havia visto anteriormente, a mesma ambigüidade ligando os sindicatos aos patrões e às instituições do Estado persevera. A declaração de legalizar as organizações sindicais de tipo horizontal obedece muito mais à lógica do controle social pelo Estado e à necessidade de dar vida (base social) à máquina burocrática estatal, do que atendimento consentido por liberdades e autonomia sindical. Como poderia se imaginar, participaram três correntes:

1. *Nacionalistas* - composta por liberais, socialistas, nacionalistas e comunistas, orientando-se politicamente pela revolução "antiimperialista, nacional e democrática";
2. *Renovadora* - composta por católicos, elementos ligados a Jânio e setores críticos do PCB;
3. *Amarelos* - diretamente ligada ao Ministério do Trabalho.

No decurso do Congresso, os 'ministerialistas' se opuseram à extinção do imposto sindical e à filiação a organismos internacionais, exigindo a intervenção do Presidente da República. Dessa ruptura, nasce o Movimento Sindical Democrático (MSD) controlado por uma composição de Renovadores e Ministerialistas. Nasce também o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT)⁵³ controlada pela coalizão nacionalista.

3 CONCLUSÃO

No período colonial nem sindicatos, nem partidos políticos se reivindicaram dos trabalhadores. No final do Império, aparecem as primeiras associações, ligas de socorro etc... Será na República Velha que os primeiros sindicatos dignos desse nome aparecerão, atingindo sua expressão organizativa máxima com a COB. A Confederação Operária Brasileira exercerá grande influência junto ao proletariado fabril, em particular em São Paulo e Rio de Janeiro. Os sindicatos a ela filiados, dominados pelos anarco-sindicalistas agiram como organizações de vanguarda, ocupando o espaço de possíveis partidos. Se praticaram a independência de classe em relação ao Estado, ao patronato e aos partidos políticos, do ponto de vista tático, caracterizaram-se por certa pobreza de elaboração política.

A Revolução de 30 põe fim ao mesmo tempo à independência e à combatividade dos sindicatos. Na busca de uma hegemonia burguesa,

Vargas compreende como imprescindível a 'domesticação' dos trabalhadores e dos sindicatos. A instauração da CLT, em 1943, regulamenta e legaliza a estratégia do Estado Novo de cooptação dos assalariados e das suas organizações, integrando-os ao aparelho de Estado. O fim do Estado Novo e os governos subseqüentes mudarão em vários aspectos as relações do Estado e do patronato com a classe trabalhadora, mas a estrutura corporativista da legislação trabalhista será mantida como instrumento fundamental da dominação capitalista no Brasil, até os nossos dias. Mostramos, do período posterior a 1930, o comportamento dos sindicatos e partidos se reivindicando da classe operária, moldando, em conexão com as determinações do Estado, a formação de classe dos trabalhadores no Brasil e as contradições desse processo. O nacional-populismo, que até hoje constitui a estratégia de setores importantes do espectro político brasileiro, conseguiu transformar o projeto de classe de frações da burguesia e da pequena-burguesia, naquele do conjunto das organizações partidárias e sindicais dos assalariados urbanos e de boa parte desses. Não basta, portanto, determinar qual a inserção dos produtores diretos na estrutura social para deduzirmos daí os seus interesses e o nível da sua consciência. Se a relação não é mecânica, mas dialética, tais interesses podem ser ilusórios.

NOTAS

1. Francisco FOOT, e Victor LEONARDI. *História da indústria e do trabalho no Brasil*, p. 23.
2. Cf. Hermínio LINHARES. *Contribuição à história das lutas operárias no Brasil*, p. 47-50.
3. Cf. *A VOZ DO TRABALHADOR*. Coleção fac-similar do jornal da Confederação Operária Brasileira (1908-1915).
4. Cf. Boris FAUSTO. "A Revolução de 30" In Carlos Guilherme da MOTA (Org). *Brasil em perspectiva*, p. 245.
5. Cf. Paulo César PINHEIRO. *Política e trabalho no Brasil*, p. 109.
6. Cf. Boris FAUSTO. *A Revolução de 1930 (historiografia e história)*, p. 13-5.
7. Id., p. 70.
8. *MENSAGENS PRESIDENCIAIS. 1933-1937*. Getúlio VARGAS, p. 36-7.
9. Id., p. 180-6.
10. Cf. Lourdes SOLA. "O Golpe de 37 e o Estado Novo". In C.G. MOTA, p. 272-3.
11. Cf. Francisco WEFFORT. "Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964". *Revista de Cultura Contemporânea*, p. 10.
12. Cf. Isaac HAROLDS. *La Tragédie de la révolution chinoise*.
13. Cf. J.P. MORRAY. *Origens da guerra fria*, p. 16.
14. F. WEFFORT, art. cit., p.11.
15. Id., p. 11.
16. Francisco WEFFORT. "As origens do sindicalismo populista no Brasil - a conjuntura de após-guerra". *Revista Estudos CEBRAP*, n. 4, p. 80.
17. Cf. Maria Andréa LOYOLA. *Os sindicatos e o PTB (estudo de um caso em Minas Gerais)*, p. 57.

18. Cf. Eliezer PACHECO. *O Partido comunista brasileiro (1922-1964)*, p. 190.
19. Edgar CARONE. *A Quarta República*, p. 466.
20. A luta contra a guerra imperialista já havia sido engajada na conjuntura que permeia a Primeira Guerra Mundial. A diferença é que o "instinto" de classe se alimentava da atividade consciente da direção política. Cf. *A VOZ DO TRABALHADOR*, op. cit.; Cf. ainda FONTES, José Raimundo. *Manifestações operárias na Bahia. Movimento grevista 1888-1930*. Tese de Mestrado - Salvador, FFCH/UFBA, 1982.
21. Moniz BANDEIRA. *Trabalhismo e Socialismo no Brasil* (A Internacional Socialista e a América Latina), p. 18.
22. F. WEFFORT, art. cit., nota 16, p. 85.
23. Cf. Luis Carlos PRESTES. *Problemas atuais da democracia*, p. 69.
24. Cf. Leônicio BASBAUM. *História sincera da república*. Vol. 3, p. 187.
25. Carmen Lúcia Evangelho LOPES. *Sindicatos no Brasil*, p. 60-3.
26. *Resolução do Congresso Sindical dos Trabalhadores de 1946*. Rio de Janeiro, p. 3.
27. Id., p. 9
28. Id., p. 43-4
29. Edgar CARONE. *A República liberal*. Vol. II. *Evolução política (1945-1964)*, p. 12-22.
30. Cf. L. BASBAUM, op. cit., vol. 3, p. 189-93.
31. L. C. PRESTES, op. cit., p. 71.
32. Cf. Moisés VINHAS. *O Partidão: a luta por um partido de massa (1922-1974)*, p. 130.
33. Cf. Flávia AUGUSTA. "O movimento sindical brasileiro". *Revista Ensaio*, n. 4, p. 10-1.
34. Cf. José Álvaro MOISÉS. *Greve de massa e crise política* (estudo da Greve dos 300 mil em São Paulo 1953/54), p. 130.
35. Id., p. 130-31.
36. Id., p. 133
37. Francisco WEFFORT. "Os sindicatos na política (Brasil: 1955-1964)". *Ensaio de Opinião*. (2-5), p. 18.
38. Francisco WEFFORT. "Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945/64." *Revista de Cultura e Política*, p. 11.
39. Eder SADER. *Um rumor de botas (A militarização do Estado na América Latina)*, p. 144.
40. *MENSAGENS PRESIDENCIAIS (1946-1964)*. Juscelino KUBITSCHEK, p. 131-3.
41. Karl MARX. *Le 18 Brumaire de Louis Bonaparte*, p. 25.
42. Edgar CARONE. *Movimento operário no Brasil (1945-64)*, p. 26-30.
43. F. WEFFORT. "Os sindicatos na política", art. cit., p. 21.
44. Id., p. 21.
45. Cf. Friedrich ENGELS. *L'Origine de la famille, de la propriété privée et de l'Etat*, p. 178.
46. Cf. LENINE. V.I. *L'Etat et la Révolution*, p. 6.
47. K. MARX, op. cit., p. 19-20
48. E. CARONE, op. cit., nota 42, p. 30.
49. Cf. *ibid.*, p. 125-30.
50. E. PACHECO, op. cit., nota 18, p. 218.
51. Resolução política da CN dos comunistas, p. 15. Apud IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*, p. 105-6.
52. Cf. Carmem L. E. Lopes, op. cit., nota 25, p. 67-8.
53. Cf. Lucílio de Almeida Neves DELGADO. *O comando geral dos trabalhadores no Brasil (1961/64)*, p. 38-43.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUGUSTA, Flávia. O movimento sindical brasileiro. *Revista Ensaio*, p.4, 1978.
- BANDEIRA, Moniz. *Trabalhismo e socialismo no Brasil; a internacional socialista e a América Latina*. São Paulo: Global, 1985.
- BASBAUM, Leôncio. *História sincera da república*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- CARONE, Edgard. *A quarta república*. São Paulo: DIFEL, 1980.
- _____. *A República liberal; evolução política 1945-1964*. São Paulo: DIFEL, 1985. v.2
- _____. *O movimento operário no Brasil; 1945-1964*. São Paulo: DIFEL, 1981.
- CONGRESSO SINDICAL DOS TRABALHADORES. Resolução de 1946. Rio de Janeiro: Ed. Jornal do Comércio, 1946.
- ENGELS, Friedrich. *L'origine de la famille, de la propriété privée et de l'État*. Paris: Les Editions Sociales, 1975.
- FAUSTO, Boris. A revolução de 30. In: MOTA, Carlos Guilherme. (org.). *Brasil em Perspectiva*. São Paulo: DIFEL, 1977. p. 227-255.
- _____. *A revolução 30: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- FOOT, Francisco, LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil*. São Paulo: Globo, 1982.
- FONTES, José Raimundo - *Manifestações Operárias na Bahia: movimentos grevistas 1888/1930*. Salvador, 1982. Tese (mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 1982.
- HAROLDS, Isaacs. *La tragédie de la révolution chinoise*. Paris: Gallimard, 1964.
- IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- LENIN, V.I. *L'Etat et la révolution*. Paris: Les Editions Sociales, 1976.
- LINHARES, H. *Contribuição à história das lutas operárias no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.
- LOPES, Carmem Lúcia Evangelho. *Sindicatos no Brasil*. São Paulo: Global, 1986.
- LOYOLA, M.A. *Os sindicatos e o PTB*. Petrópolis: Vozes/CEBRAP, 1980.
- MARX, K. *Le 18 Brumaire de Louis Bonaparte*. Paris: Les Editions Sociales, 1969.
- BRASIL, Presidente. Mensagens Presidenciais 1933-1964. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978. 2v. (Documentos Parlamentares, 126).
- MOISÉS, J.A. *Greve de massa e crise política; estudo da crise dos 300 mil em São Paulo. 1953/54*. São Paulo: Polis, 1978.
- MORRAY, J.P. *Origens da guerra fria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
- NEVES, Lucília de Almeida. *O comando geral dos trabalhadores no Brasil 1961/64*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- PACHECO, F. *O partido comunista brasileiro 1922-64*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.
- SADER, E. *Um rumor de botas; a militarização do Estado na América Latina*. São Paulo: Polis, 1982.
- SOLA, L. O golpe de 37 e o Estado Novo. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em Perspectiva*. São Paulo: DIFEL, 1977.
- VINHAS, M. *O partido; a luta por um partido de massa 1922-74*. São Paulo: HUCITEC, 1982.
- A voz do trabalhador. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, IMESP, 1985. (coleção fac-similar do Jornal da COB-1908-1915).
- WEFFORT, F. Democracia e movimento operário; algumas questões para a história do período 1945-64. *Revista de Cultura Contemporânea*. n. 1, p. 10, jul., 1978.

- _____. Democracia e movimento operário; algumas questões para a história do período 1945-64. *Revista de Cultura e Política*. CEDEC, p. 11, ago. 1979.
- _____. As origens do sindicalismo populista no Brasil. *Revista Estudos CEBRAP*. São Paulo, n. 4, p. 80, 1973.
- _____. Os sindicatos na política: Brasil 1955-1964. *Ensaíos de Opinião*. Rio de Janeiro, n. 2, p. 5-18, 1978.